



O MÚTUO ENGENDRAMENTO SUJEITO/MEIO: fronteiras complexas

Simone Moschen Rickes*

Cleci Maraschin**

Resumo: Num diálogo com autores como Jean Piaget, Humberto Maturana e Francisco Varela, o texto propõe que o estabelecimento do ser pensante como uma unidade que se diferencia do meio é uma construção sempre em marcha que inscreve a fronteira entre o sujeito cognitivo e o que seria seu meio em coordenadas que variam no transcurso da história desse sujeito. Concebe tal inscrição como efeito do operar de categorias em aparente contradição, como são os mecanismos de fechamento e de abertura, ou de integração e de diferenciação que caracterizam o sistema cognitivo em sua relação ao meio. O exame da relação autor/leitor aponta para a possibilidade de concebê-la como ponto de visibilidade das relações, tais como propostas neste texto, entre o sujeito e sua exterioridade.

Palavras chave: epistemologia genética; autopoiese; escrita; função autor

Abstract: In a dialogue with authors like Jean Piaget, Humberto Maturana and Francisco Varela, the text proposes that the establishment of the thinking being as a unit that is distinct from the environment is a construction always on the march that inscribes the border between the cognitive subject and what would be its environment in coordinates that vary during this subject history. Concepts this inscription as the effect of the operation of apparently contradictory categories, as the mechanisms of closing and opening, or of integration and distinction, that are characteristic of the cognitive system in its relation to the environment. The exam of the relation author/reader points to the possibility of conceiving it as a point of visibility of the relations, as they proposed in this text, between the subject and its exteriority.

Key-words: Genetic Epistemology, Autopoiese, Writing, Author Function

1. Uma pergunta sobre as fronteiras

"Quando um espaço se divide em dois, nasce um universo: define-se uma unidade. A descrição, a invenção, a manipulação de unidades estão na base de toda indagação científica." (Maturana & Varela, 1997, p. 64)

As palavras de Maturana e Varela abrem um campo de interrogações acerca dos processos que devem entrar em jogo para que um espaço se divida em dois, pois, se fazemos dialogar Piaget com a formulação acima, logo veremos que a própria produção de uma unidade, quando esta se define enquanto sujeito do conhecimento, é fruto de operações cujo início só podemos situar miticamente e cujo fim coincidirá com a morte. Assim, aquilo que a partir do senso comum poderíamos tomar como ponto de partida da trajetória do sujeito, a saber, que ele se distingue numa unidade que se põem em relação com o mundo, é também isso uma construção. Ou seja, tal unidade não é uma constante na equação da constituição do homem enquanto sujeito cognitivo, mas uma variável que assumirá valores diversos no transcurso da vida, valores que, por sua vez, expressam-se em coordenadas sempre mutantes de fronteira entre o sujeito e o mundo. Mesmo que possamos falar de uma unidade que se distinguiu no espaço como um lugar, em certa medida fechado, que faz fronteira com um meio, mesmo assim, essa unidade não aparecerá como um ponto completamente estabelecido de chegada na construção do sujeito do conhecimento, mas como um processo sempre posto em marcha. Processo este que se confunde com a própria história do sujeito.

Este texto pretende problematizar a construção das fronteiras entre aquilo que seria próprio do eu, do sujeito, ou ainda, dizendo de outra forma, de uma unidade, e aquilo que se constitui como campo de exterioridade, como objeto, ou então, meio. Quer-se problematizar a divisão de um espaço que institui uma unidade e um meio como princípio de todos os questionamentos da ciência, nas palavras de Maturana e Varela, colocando a inscrição da fronteira que tal divisão acarreta no centro das interrogações acerca da constituição do sujeito. A história do sujeito cognitivo não seria também a história das diversas coordenadas que esta fronteira pode, no transcurso do tempo, ocupar?

* Psicóloga, psicanalista, Mestre em Educação (UFRGS), Doutoranda em Educação (UFRGS), membro da equipe da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS. srickes@pro.via-rs.com.br

** Psicóloga, Doutora em Educação, Professora do Instituto de Psicologia da Ufrgs e do Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Ufrgs. clecimmar@adufgrs.ufrgs.br

O que pode constituir uma fronteira com o fora para um bebê, em contato com o mundo através de reações circulares é bastante diferente do que pode ser tal limite para uma criança de dois anos, em fase de aquisição da linguagem, ou ainda, para um menino de treze anos, capaz de estabelecer relações de reciprocidade. Se no início o operador dessas coordenadas está muito mais do lado da ação, em sua expressão motora, vemos, com o advento da linguagem, ele se distanciar dessa a ponto de poder se inscrever através, exclusivamente, de uma ação internalizada, como é o pensamento. Claro está que a mudança do instrumento sobre o qual se calca a construção das coordenadas do que aqui propomos como fronteira entre o dentro e o fora implica, por certo, numa mudança das próprias coordenadas. As diferenças nos limites que um sujeito constrói ao longo da vida estão estreitamente ligadas ao lugar que o fora / outro vai ocupando para ele; desde algo que, nos primeiros meses de vida, parece não encontrar inscrição interna, o que, paradoxalmente equivaleria a uma presença maciça, na medida em que não é possível estabelecer uma diferenciação entre o dentro e o fora, até algo que se realiza, cognitivamente, enquanto alteridade com a qual é possível estabelecer uma relação cognitiva de reciprocidade.

2. A construção do sujeito pensante: fronteiras de coordenadas sempre móveis

Para Piaget "os esquemas cognoscitivos não admitem o começo absoluto e se desenvolvem por equilíbrio e auto-regulações crescentes" (1973, p.23) A idéia de que não há um começo absoluto ressalta a inexistência de uma causa primeira que colocaria em marcha o desenvolvimento, causa essa que poderia equivocadamente ser situada no exterior, como em uma visão empirista, ou no interior do organismo, como para os aprioristas. Ao nascer, o pequeno ser está equipado com um conjunto de condutas reflexas que se constituem em sua janela para o mundo. Mesmo os próprios reflexos não apresentam as mesmas possibilidades de ativação para todos os sujeitos. Tanto é assim que não é incomum, ao entrevistarmos mães sobre o nascimento de seus filhos, encontrarmos-nos com falas orgulhosas sobre um APGAR dez, ou então, um tanto quanto tímidas sobre um exame em que a pontuação foi seis. No início da vida, o bebê contará com um aparelho reflexo que, mesmo inato, apresentar-se-á com diferenças para cada indivíduo, aparelho este possibilitador das primeiras interações com o mundo que, por seu turno, aparecerá, desde o princípio, como resistência ao sujeito. Talvez seja esta a primeira apreensão de um fora para o pequeno ser cognitivo, a saber, aquilo que resiste à interação situa-se do lado de lá, é fora em relação a um dentro que busca a incorporação do mundo.

Interessante pontuar que essa proposição do que seria uma primeira noção de um fora para o pequeno ser se inscreve a partir de um observador adulto que tenta apreender uma regularidade no fenômeno que observa. Vê-se desde já que a regularidade é introduzida por uma máquina pensante e não é, propriamente, uma emanação do real. Conforme Maturana,

"o fenômeno histórico é um contínuo surgir do caos, enquanto o presente é somente compreensível a posteriori em sua relação com o passado, e a relação generativa que lhe dá origem surge como uma relação explicativa que o observador propõe para relacionar dois domínios diferentes, conservando o determinismo estrutural". (Maturana & Varela, 1997, p.28)

Assim, nunca é demais dizer que a proposição explicativa que aqui se delineia é tributária de uma determinada tradição de idéias que estabelece o vivo como uma contínua produção que, em sua relação com o real, produz um laço que é sempre uma (re)criação - das fronteiras - e não propriamente obedece a um acontecer pré-definido. As relações causais propostas aparecem como uma determinação somente num a posteriori. É também por isso que podemos dizer, num tempo só-depois, que os reflexos inatos constituem um a priori orgânico para o sujeito, isso quando eles puderam ser ativados de forma a se inscreverem no processo sempre mutante da construção de fronteiras. Mas, como veremos a seguir, há casos em que isso pode não se estabelecer e, então, aquilo que aparecia como um a priori se desvanece. É nesse sentido que, segundo Piaget, mesmo o a priori deve ser fruto de uma construção.

Mas, voltando ao nosso pequeno ser, o mundo será assimilado, então, por instrumentos reflexos que desde cedo se mostrarão insuficientes para abarcar as diversidades do objeto, o que, por sua vez, demandará uma diferenciação nas ferramentas até então disponíveis para o pequenino. Se a mudança requisitada constituir-se numa distância "ótima" em relação ao que até aqui o sujeito construiu, ser-lhe-á possível diferenciar seus instrumentos e assimilar os objetos aos quais seu desejo o enlaçou. Porém, se a distância for excessiva, o objeto não se configurará propriamente em um estímulo para o sujeito, algo em que ele sinta a possibilidade de investir. Neste caso, a própria existência do objeto para o sujeito ficará questionada. Conforme alerta Piaget "a sensibilidade aos estímulos... é função dos esquemas de assimilação que se acham à disposição do indivíduo examinado" (1973, p.34).



Assim, se podemos situar algo do lado do organismo como estando presente no início da vida do sujeito, sabemos, porém, que isso cedo sofrerá diferenciações por meio das interações postas em marcha desde o nascimento-exposição à luz, diferenças na temperatura, alimentação via oral, etc. Outro destino possível para os reflexos é a extinção uma vez que eles não sejam postos a funcionar na relação com o mundo - veja-se crianças que são obrigadas a utilizar sondas naso-gástricas por efeito de patologias e que tem seu reflexo de sucção desativado devido ao não-uso. É o laço com o mundo, portanto, que vai constituindo o mundo e o próprio sujeito, de tal forma que mesmo o que supúnhamos como um *a priori* orgânico - os reflexos - precisará ser construído numa interação.

Podemos supor que, no princípio, aquilo que o pequeno ser consegue situar como relativo ao mundo, como pertencendo ao fora, se restringe aos objetos nos quais ele marcou seu desejo e que resistem à incorporação. O mundo externo aparece como fonte de resistência, de desequilíbrio, de tensão e de desprazer. Por outro lado, o que é próprio do sujeito abarca uma extensão muito maior. Tal amplitude se expressa na facilidade que o bebê tem de tomar de forma transitiva as sensações que acontecem, por exemplo, àqueles que se ocupam dele, ficando feliz quando a mãe está feliz, ou triste quando este é o sentimento dela. Tanto o sujeito como o meio são, portanto, construções subjetivas. Para que tal construção se configure, faz-se necessário uma abertura às interferências externas e um certo fechamento que processe isso que se reconhece como resistência de forma interna, diferenciando as ferramentas de laço com o mundo e integrando novos objetos deste.

Para Piaget "como os organismos, os sistemas cognitivos são, na verdade, ao mesmo tempo abertos num sentido (o das trocas com o meio) e fechados em outro, enquanto 'ciclo'". (1976, p.12) A porção aberta da cognição diz respeito ao fato de que esta se alimenta das trocas que pode realizar com o mundo, trocas que se constituem em fonte de desequilíbrio, em motor de mudanças, em sustentação de um movimento de construção de fronteiras entre o sujeito e o objeto cujas coordenadas variam. E a porção fechada? Esta se refere à manutenção da organização do sistema cognitivo, organização que possui uma identidade ligada aos processos de assimilação e acomodação - invariantes na construção do ser pensante, seja qual for a fronteira que este tenha até então estabelecido entre sua máquina de pensar e o mundo.

Podemos encontrar em Maturana e Varela uma certa identidade com a proposta de Piaget que situa o sistema cognitivo como um sistema aberto em um aspecto e fechado em outro. Para aqueles autores, o ser vivo se define como uma máquina autopoietica, ou seja,

"um sistema vivente pode ser caracterizado como uma unidade de interações, e como indivíduo, em virtude de sua organização autopoietica, que determina que toda troca nele aconteça subordinada à conservação, fixando limites que determinam o que lhe pertence e o que não lhe pertence em sua materialização específica" (1997, p.79).

Assim, um sistema autopoietico é um sistema que produz a si mesmo e que orienta sua produção e suas relações para a manutenção desta organização, definindo como sua finalidade o próprio acontecer autopoietico. Porém, se a organização autopoietica se mantém, pois uma alteração na organização implicaria um alteração na identidade de tal ou qual sistema vivo, a estrutura vai se alterando como efeito das interações estabelecidas e com o objetivo de manter a própria organização. Na verdade, a estrutura aparece como uma forma de atualização, datada no tempo e ocupando um lugar no espaço, de uma determinada organização. Poderíamos propor uma analogia entre a porção fechada do sistema cognitivo, em Piaget, e a organização, em Maturana & Varela, assim como entre a porção aberta, para o primeiro, e a estrutura, para os últimos. Cabe aqui, como um parênteses, ressaltar que Maturana & Varela, em sua proposição teórica, estão interessados primordialmente no estudo da organização do ser vivo. Embora se dediquem a pensar a estrutura, este não parece ser o seu foco principal de produção.

Mas então, como situar um sistema que é ao mesmo tempo fechado e aberto, que se modifica por força dos movimentos contínuos de integração e diferenciação? Não constituiriam tais categorias - fechado / aberto, integração / diferenciação - pólos antagônicos, não solidários? Este antagonismo aparente se faz presente também no exame das fronteiras, linhas que demarcam rupturas, mas também vizinhança, continuidade¹. Entre um lado da fronteira e o outro existe uma zona nebulosa em que se torna difícil situar aquilo que pertence a um campo ou a outro. Não nos surpreende, ao ingressarmos em uma cidade onde se marca a fronteira entre dois países, ouvirmos falar uma língua que congrega palavras pertencentes ao vernáculo do país vizinho e vice-versa. Próximo à fronteira o que constitui o dentro e o fora se esmaece.

Se até então colocamos o acento na porção aberto do sistema cognitivo, valeria a pena nos determos um pouco em seu pólo fechado. Quando o sistema cognitivo é perturbado por objetos que resistem a uma



incorporação, ele não se desorganiza em seu todo, já que lhe é próprio uma tendência à conservação de sua organização que se regula pela força que um elemento ou subsistema exerce sobre o outro.

"Uma tal ação conservadora é aplicada ao sistema total pelos subsistemas ou seus elementos, e reciprocamente, o que equivale a dizer que o equilíbrio se refere, entre outras coisas, a uma solidariedade da diferenciação e da integração" (Piaget, 1976, p.12).

A integração se dá pelo mecanismo de assimilação, já anteriormente mencionado, e diz respeito tanto à incorporação de objetos exteriores ao sujeito, quanto à composição de dois sistemas diferentes de assimilação em uma totalidade que constituirá um novo sistema. Assim, a integração, por obra da assimilação, se por um lado constitui o mecanismo de ligação com o meio, por outro, é também regida pelas leis de conservação da organização e, portanto, é tributária da porção fechada do sistema. A diferenciação, por sua vez, ocorre através do mecanismo de acomodação quando a assimilação está impedida pelas particularidades de um certo objeto que resiste à incorporação por um determinado sistema cognitivo, o que demanda deste uma mudança que possa contemplar a especificidade do objeto. Assim, a diferenciação, embora se situe sobre mecanismos cognitivos internos, ela se exerce por força da pressão exercida pelos conflitos gerados na interação do sujeito com o mundo, interação desequilibradora do sistema que, por obra de sua necessidade de conservação, produz diferenças internas capazes de produzir a sua manutenção. Vemos que a "acomodação está continuamente subordinada à assimilação (pois é sempre coordenação de um esquema de assimilação)" (Piaget, 1976, p.14) o que denota, por outro lado, a estreita ligação de um movimento que se abre para as trocas e que se fecha no sentido da manutenção da organização.

Assim, o objeto incorporado através da assimilação deverá ser reconstruído internamente por meio de mecanismos que são tributários de uma determinada organização. Desta forma, a resistência que o objeto apresenta à incorporação por determinados instrumentos tem como resultado um desequilíbrio que põe em marcha um movimento cuja marca é a manutenção da organização e não propriamente uma suposta fidelidade ao objeto que teria garantida sua existência *per se* no real. Isto faz com que a assimilação seja sempre uma interpretação, ou, melhor dizendo, que a incorporação de um objeto a um sistema cognitivo seja sempre a atribuição de uma determinada versão a este objeto, versão esta, ao mesmo tempo, em consonância com a atualidade do sistema cognitivo e com as possibilidades que uma determinada organização prevê.

"O fenômeno interpretativo é uma chave central de todos os fenômenos cognitivos naturais, incluindo a vida social. O significado surge em referência a uma identidade bem definida, e não se explica por uma captação de informação a partir do exterior" (Varela, 1997, p.48).

O objeto incorporado através da abertura do sistema cognitivo que o põe em interação com o meio será apreendido de forma a manter o fechamento do ciclo assimilação / acomodação, organização que define a máquina de pensar, que especifica sua identidade. Isto "faz que toda mudança experimentada por um organismo seja necessária e inevitavelmente determinada por sua própria organização, e não pela transmissão da informação" (Maturana & Varela, 1997, p.117)

E tal convivência entre o fechamento e a abertura, entre a integração e a diferenciação, como se traduz quando examinamos a construção das fronteiras? Como dissemos anteriormente, a fronteira delimita um fechamento de um espaço por obra de uma clivagem que inscreve uma unidade diferenciada. No que concerne ao sistema cognitivo, tal fechamento diz respeito à sua necessidade de manter a organização que lhe é peculiar. Paradoxalmente, a organização só se mantém se pode exercer-se através de uma relação com a exterioridade, o que implica, no movimento mesmo de fechamento, uma abertura.

O paradoxo entre abertura e fechamento, entre integração e diferenciação, parece mesmo ser o próprio motor da construção incessante das fronteiras entre o que se situa num dentro, o sujeito, e o que lhe constitui o fora. A tensão existente entre estes contrários aparentes produz um espaço que funciona ao mesmo tempo como limite e ligação. A fronteira não é lugar de ruptura somente, mas também de continuidade. Isto por que o fora está no dentro e o dentro faz marca no fora.

Se dissemos que, no processo de construção do sujeito como ser pensante, o mecanismo em causa é o de integração e de diferenciação, isto implica que a percepção, por parte do sujeito, de algo que está numa certa alteridade em relação a ele, dá-se no momento em que ele pode minimamente reconstruir tal alteridade internamente. Ou seja, para que algo seja percebido como habitando o fora deve ter antes deixado algumas pegadas dentro. Porém, para que tais pegadas se façam marcar já é preciso que algo deste fora tenha sido integrado ao sistema, produzindo nele certo desequilíbrio que ativará a necessidade de que se façam algumas diferenciações capazes de, então, reconhecer este fora numa extensão mais ampla. Dai infere-se que o que se



encontra no lugar de fora, de objeto, de alteridade, para o sujeito, está lá por que fez certa marca interna para o mesmo. Mesmo o fora aparece como uma construção interna sempre aprimorada, sempre mutante. Assim, é difícil que uma definição possa abarcar aquilo que seria a totalidade dessa unidade que se diferencia no espaço e aquilo que seria o próprio espaço para esta totalidade. Mesmo a totalidade está continuamente em movimento.

"O único regulador que podemos assinalar nas regulações cognitivas é um regulador interno. Ora, como a sua programação não é hereditária, só nos resta invocar as conservações mútuas inerentes ao processo funcional da assimilação. Isto pode parecer um inquietante círculo vicioso, posto que o ciclo das regulações seria ao mesmo tempo causa e efeito das regulações. Mas, em todo sistema biológico e social é preciso caracterizar o todo como primordial (...). (...) a totalidade de um sistema desempenha o papel de regulador no que concerne às regulações parciais, pois ele lhe impõe uma norma extremamente constrangedora: submeter-se a conservação do todo, logo ao fechamento do ciclo ou das interações." (Piaget, 1976, p.29)

Assim, se queremos precisar o que diz respeito a este dentro, teremos que situar nossa atenção nos mecanismos que trabalham no sentido da conservação do sistema como uma totalidade mutante, e não propriamente na totalidade mesma, pois se ela é a força a constranger o sistema no sentido da conservação de sua organização, ela, ao mesmo tempo, só se conserva na medida em que pode mudar, diferenciando-se para assimilar novos elementos. A definição de um dentro estaria mais do lado da necessidade de conservação do sistema enquanto uma totalidade, do que do lado daquilo que caracterizaria o conteúdo da própria totalidade.

"Mas é preciso entender bem que este poder integrador das totalidade não é um *deus ex machina* surgindo sem novo trabalho por ocasião de uma diferenciação: ele se prende às propriedades da assimilação... De fato todo o processo de assimilação é necessariamente cíclico e auto-conservador, donde as resistências de um sistema total a suas diferenciações compensadoras sob forma de integrações" (Piaget, 1976, p.36).

É por que o ser pensante está em permanente construção que a conservação do sistema cognitivo não aponta para um patamar estabilizador, mas para a necessidade de constantes transformações no próprio sistema para poder manter os mecanismos de integração e diferenciação como fontes desta construção interna e como janelas para o mundo, como elementos da porção aberta do sistema, enquanto um sistema de trocas e, ao mesmo tempo, como elementos de sua porção fechada, enquanto um sistema que se modifica por conta de ciclos que evoluem numa espiral.

Algo que pode chamar a atenção no exame do desenvolvimento do sujeito cognitivo, no que isto pode implicar, como o aqui preconizado, um movimento das coordenadas que marcam as fronteiras do dentro e do fora, é a convivência de contrários que se tensionam e impulsionam a passagem de um patamar a outro da espiral da construção do sujeito pensante e, como efeito de tal passagem, produzem a alteração de ditas coordenadas.

"Num sistema operatório (...) nos achamos nesta situação notável em que uma operação inversa T-1 é simultaneamente orientada em sentido oposto ao da operação direta T e entretanto produzida... pelo simples fato da possibilidade de T. Ora, lembremo-nos, estamos em presença de um caráter geral das equilibrações cognitivas: já em um esquema sensorio-motor, a assimilação e a acomodação, embora de um certo ponto de vista opostas uma a outra, implicam-se necessariamente uma a outra, o que atenua prontamente a situação de conflito possível entre a ação do sujeito e a resistência dos objetos" (Piaget, 1976, p.44).

A idéia de um pensamento sobre o pensamento que se encadeasse de forma linear buscando sua lógica na supressão dos opostos fica descartada. A formulação de um modelo que dê conta da construção do sujeito cognitivo deve levar em conta que tudo deve ser construído, a realidade e o próprio sujeito, e que tal construção, não só contempla os opostos, como se vê impulsionada pelos desequilíbrios por eles gerados, utilizando-se deles mesmos - assimilação / acomodação; integração / diferenciação - na superação de tais desequilíbrios.

"O característico das equilibrações cognitivas consiste em que os contrários, não somente se atraem como duas cargas elétricas de sentidos diferentes, mas se engendram mutuamente, o que supõe um ciclo fechado suscetível de se alargar e de se enriquecer conservando sua forma de ciclo, mas o que também explica o caráter indissociável das construções e das compensações, pois, para que ao mesmo tempo o todo conserve as partes, no momento de cada modificação, é preciso que haja simultaneamente produção e conservação" (Piaget, 1976, p.44).

O interessante de pontuar, a partir das palavras de Piaget, é o fato de que aquilo que poderia aparecer como contrário em um determinado momento, como fazendo diferença para o sistema cognitivo, mais adiante



poderá integrar o próprio sistema, sendo assim passível de ser adjetivado com a igualdade. Aquilo que para um bebê resiste à incorporação, uma vez que o sistema se acomode e possa integrá-lo, pode vir a fazer parte, enquanto conteúdo, do próprio sistema e, mais radicalmente, num momento posterior, configurar-se em forma, tomando parte, então, do próprio sistema cognitivo, enquanto fazendo parte de suas possibilidades assimiladoras e não mais aparecendo, unicamente, como um objeto sobre o qual tais possibilidades se exercem. A mamadeira, difícil de agarrar, desde que o bebê se enlace a ela de forma desejante, pode se configurar em objeto desequilibrador dos esquemas de apreensão, colocando em marcha mecanismos de acomodação que permitam ao esquema diferenciar-se para poder contemplar as especificidades deste novo objeto. O novo esquema poderá colocar o sujeito em relação com objetos similares àquela. Mais tarde, jogando vôlei, não reconheceremos em nossos esquemas motores de apreensão, ativados em uma partida, o bebê com dificuldades de agarrar a mamadeira que fomos, mas certamente nosso esquema construído naquele momento integrará, a título de parte, nossas possibilidades atuais de dar uma manchete certa. Assim, o que se inscrevia como fora passa a integrar o próprio sistema, estabelecendo-se, então, novas fronteiras entre este e o meio, sem que para tanto se altere a identidade organizativa daquele.

Para problematizar um pouco mais o que até aqui foi abordado, vale lembrar, mais uma vez, Maturana & Varela: "o estabelecimento de um sistema autopoietico não pode ser um processo gradativo: o sistema autopoietico ou existe, ou não existe. De fato, seu estabelecimento não pode ser um processo gradativo porque um sistema autopoietico é definido como sistema - vale dizer, como unidade topológica - pela sua organização" (1976, p.88). Se situamos uma certa identidade entre o modelo de compreensão destes autores acerca do vivo e a teorização de Piaget sobre o sujeito cognitivo, como pensar o acima proposto, a saber, que o sistema autopoietico se constitui antes num acontecimento do que numa construção? Parece-me que ao falarmos nas invariantes da inteligência propostas por Piaget - assimilação / acomodação; integração / diferenciação - estamos abordando processos que se instituem de forma autopoietica, na medida em que o produto de seu funcionar não é nada senão eles mesmos. Nesse sentido, sua presença caracteriza a existência de uma máquina pensante e está posta desde o início. O que poderá, sim, variar historicamente, do ponto de vista de um observador, é a forma de atualização desta organização, expressa nas diferentes possibilidades de interação que a relação ao meio constrói. Assim, o que parece comportar uma atualização, onde poderíamos supor a presença de um processo gradativo, é algo que estes autores propõem como sendo da ordem da estrutura. Mais uma vez estamos na esfera da tensão entre opostos a compor uma fronteira entre o sujeito e o mundo. Opostos estes que se expressam, se recorreremos à teorização de Maturana & Varela, na invariança que marca uma organização autopoietica, por um lado, e nas variações que caracterizam a estrutura, por outro. Lembrando-se sempre que não há organização que não se atualize em uma estrutura, nem estrutura que não seja suportada por uma organização.

Assim, o que quisemos até então desenrolar é a idéia de que o estabelecimento do ser pensante como uma unidade que se diferencia do meio é uma construção sempre em marcha que inscreve a fronteira entre o sujeito cognitivo e o que seria seu meio em coordenadas que variam no transcurso da história desse sujeito, dando-lhe, com isso, a cada tempo, cores e contornos sempre novos. Tal processo de continuada inscrição de fronteiras se alimenta da tensão que configura um aparente paradoxo entre os mecanismos de integração e diferenciação, ou ainda, entre os movimentos de abertura e de fechamento do sistema cognitivo.

3. A relação escritor leitor como ponto de visibilidade de fronteiras complexas

Um ponto de visibilidade das relações acima descritas, onde categorias aparentemente opostas tensionam para estabelecer fronteiras entre o que seria supostamente um fora e um dentro, faz-se ver no exame da relação escrita / leitura. Manguel, ao escrever *Uma história da leitura* nos dá mostras desta paradoxal relação escritor / leitor. Vale escutá-lo:

"O escritor era um fazedor de mensagens, criador de signos, mas esses signos e mensagens precisavam de um mago que os decifrasse, que reconhecesse seu significado, que lhes desse voz. Escrever exigia um leitor. A relação primordial entre escritor e leitor apresenta um paradoxo maravilhoso: ao criar o papel do leitor, o escritor decreta também a morte do escritor, pois, para que um texto fique pronto, o escritor deve se retirar, deve deixar de existir. Enquanto o escritor está presente o texto continua incompleto. Somente quando o escritor abandona o texto é que este ganha existência" (1997, p.207).

Ao iniciar a escrita de um texto, aquele que empunha a caneta imediatamente estabelecerá um lugar de endereçamento para seu escrito, inscrevendo em seu horizonte um leitor com quem passará a dialogar, ofertando-lhe os subsídios que julga necessários para que seu texto possa encontrar, nas mãos do leitor suposto, a interpretação que julgaria ser a mais apropriada. Não é necessário um grande esforço para inferir os limites dessa instrumentação do leitor. Seja pela polissemia do significante, seja pelo fato da escrita permanecer no tempo e, portanto, poder encontrar uma leitura em uma época cujo contexto de produção da interpretação



possa ser bastante diverso do contexto de produção do escrito, seja pela singular subjetividade de um leitor que configura determinadas possibilidades de interpretação, o estabelecimento de um lugar unívoco de leitura, por parte do escritor, sempre fracassa. Deixa um resto, maior ou menor, onde a singularidade do leitor operará para verdadeiramente (re)criar um sentido para o texto. "Toda escrita depende da generosidade do leitor" (idem, p.206).

A idéia do mútuo engendramento autor / leitor é bastante disseminada na literatura. É tomando como ponto de partida a noção de uma constituição que se estabelece em duas vias, que podemos pensar que, somente à medida que o sujeito é capaz de estabelecer um lugar de leitura para seu texto, ele pode inscrever-se como autor de um escrito. Segundo Foucault (1994), todo escritor se organiza a partir da experiência de leitura que pôde empreender. De outro lado, qualquer leitura será também um momento de escritura de um novo sentido, pois o leitor é autor da interpretação que confere ao texto que lê. Nessa direção é interessante retomar Lévy:

"Tal é o trabalho da leitura: a partir de uma linearidade ou de uma planitude inicial, esse ato de rasgar, de amarrar, de torcer, de recosturar o texto para abrir um meio vivo no qual possa se desdobrar o sentido. O espaço do sentido não preexiste à leitura. É ao percorrê-lo, ao fotografá-lo que o atualizamos" (1996, p.36).

Cabe ressaltar que, ao propor o conceito de virtual, Pierre Lévy se debruça sobre o texto para pensá-lo como um objeto passível de adjetivação por esse termo. Para o autor, é virtual aquilo que comporta uma abertura a problematizações que não se encontram em estado latente, esperando por um momento de realização, mas que dizem de um processo de criação cuja direção não pode ser prevista. Assim, falar de virtual é remeter-se a um complexo problemático, a "um nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto, ou uma entidade qualquer e que chama a um processo de resolução: a atualização" (Lévy, 1996, p.16). É por que a leitura resolve - atualiza - sempre de um modo singular o problema do sentido, que podemos pensar o texto como um objeto virtual. Para ler é preciso cortar, torcer, dobrar o texto, inserindo nele atributos que, estritamente falando, não lhe pertencem, mas que passarão a compô-lo como condição para que possa encontrar um sentido. É nesta via, também, que vemos problematizada a fronteira entre aquilo que pertenceria ao autor, enquanto escritor do texto, e aquilo que seria do leitor. Essa fronteira é extremamente móvel.

Se, por um lado, o texto constitui um ponto de resistência que faz obstáculo a que a produção do sentido enverede em uma direção que seja qualquer, por outro lado, para que lhe seja possível encontrar um leitor disposto a dar-lhe um sentido, ele deve apresentar pontos de abertura, buracos, por onde o leitor possa iniciar a percorrê-lo. Se o objeto se apresenta como aquilo que resiste à incorporação, como dissemos acima, tal resistência deve se inscrever em uma distância "ótima" em relação às possibilidades atuais do leitor para que ele possa assimilá-lo. E, ao fazê-lo, o texto será interiormente recriado pelo leitor, em um processo cuja autoria lhe pertence.

"Quando lemos um texto em nossa própria língua, o próprio texto torna-se uma barreira. Podemos penetrá-lo na medida em que as palavras o permitem, abarcando todas as suas possíveis definições, podemos fazer outros textos para estabelecer relações e refleti-lo, como num salão de espelhos; podemos construir outro texto crítico que ampliará e iluminará aquele que estamos lendo; mas não podemos fugir do fato de que a língua é o limite do nosso universo" (Manguel, 1997, p.309).

Assim, se algo do lado do leitor é posto em causa na interpretação do texto, a saber, as significações que até então pode construir através das assimilações e acomodações que operou ao longo de sua história, algo do texto também contribui para delimitar um universo possível de leituras. Um universo que podemos dizer infinito, porém limitado. É com tais limitações que o escritor joga ao elaborar o texto e construir um lugar de leitura para o mesmo. Não que ele aí opere livremente, pois também ele está limitado pela linguagem. Assim, os limites da linguagem estão postos para os dois, escritor / leitor, sendo que o primeiro se utiliza deles para poder desenhar o leitor que deseja, e o segundo aparece como operando a partir de tais limites para subverter o trabalho de autoria do escritor, apropriando-se do texto de forma a tornar-se ele o autor.

No processo de escrita vemos, então, um sujeito que constrói um lugar de leitura para o texto. Esta construção só pode se operar à medida que para o sujeito seja possível referir-se a uma alteridade, pois nesse processo ele precisará levar em conta as diferenças do lugar de leitura em relação ao de produção do texto. É por isso que podemos dizer que, ao mesmo tempo em que se faz necessário que uma fronteira entre um dentro e um fora esteja estabelecida, *o próprio exercício da escrita é um ato de inscrição, a cada letra que se acrescenta ao texto, das coordenadas desta fronteira. Através da escrita do texto, o sujeito, ao mesmo tempo que constrói seu leitor, constitui-se como sujeito numa posição de alteridade em relação a este.*



Por outro lado, a leitura supõe a possibilidade de, em contato com o texto, assimilá-lo de forma a recriá-lo na interioridade do leitor. É enquanto um objeto que se apresenta como alteridade em relação ao sujeito leitor que o texto poderá ser investido de desejo, de curiosidade, pondo em marcha uma desestabilização das construções até então feitas por ele. Enquanto desestabilizador, o texto se apresentará como habitando um fora em relação ao sujeito, porém, ao assimilá-lo, tal fronteira já não encontrará as mesmas coordenadas, na medida em que o texto já fará parte do texto da vida do leitor. Ele poderá atribuir-lhe a origem, saberá de onde derivam tais ou quais idéias, mas já não poderá dizer que elas constituem somente um espaço que lhe é exterior. A exterioridade estará inscrita em seu interior, problematizando ainda mais as fronteiras entre o eu e o outro.

"Tocamos aqui o problema da virtualização propriamente dita, que tem por efeito, como ocorre com frequência, colocar em loop a exterioridade e a interioridade, no caso a intimidade do autor e a estranheza do leitor em relação ao texto. Essa passagem continua de dentro para fora, como num anel de Moebius, caracteriza já a leitura clássica, pois para compreender, o leitor deve 'recriar' o texto mentalmente e portanto entrar dentro dele. Ela diz respeito também à redação, uma vez que a dificuldade de escrever consiste em reler-se para corrigir-se, portanto um esforço para tornar-se estranho ao próprio texto" (Lévy, 1996, p.45).

O tensionar entre opostos que verificamos operar na proposição piagetiana do funcionamento do sistema psíquico, que comporta ao mesmo tempo uma abertura e um fechamento, faz marca também na produção escrita. A escritura do texto se dá em um espaço de restrições que a linguagem estabelece, a saber, de um fechamento em relação ao que seria da esfera do ilimitado, pois para que o sentido se produza é preciso que o escritor se deixe marcar pelas leis do discurso. Porém, tais leis, ao mesmo tempo que restritoras, preconizam uma abertura, tributária da polissemia do significante. Logo, também uma abertura a um sentido um tanto quanto plural está presente no momento mesmo da elaboração do texto. Pluralidade dos sentidos e unidade do texto se relacionam na construção de um escrito.

Um escritor que se toma como leitor de seu texto, um leitor que escreve um novo sentido para o que lê - e a cada vez que lê -, um texto ao qual reconhecemos uma certa unidade, mas do qual emanam sentidos plurais e, não poucas vezes, dispersos, para além das intenções de quem o escreveu... Relações complexas que se estabelecem entre escritor / leitor, entre unidade / pluralidade... No exame da leitura e da escrita vemos se inscreverem fronteiras que surgem de uma tensão permanente entre categorias aparentemente opostas, mas cuja relação, sempre desequilibradora, relança os limites que lhes caracterizam.

Para finalizar, creio que possa ser interessante lembrar algumas palavras de Morin que indicam a complexidade com que devemos abordar o fenômeno humano. Complexidade esta que impede a busca de um causação linear que pudesse reduzir os opostos a iguais:

"saber o que pode o homem, o que ele manifesta, e sobretudo tratar de ver como há, ao mesmo tempo, unidade e diversidade humanas. É dizer que a diversidade extrema se encontra sobre uma base de unidade, como quisemos mostrar na unidade do homem, que não está feita de unidade de homogeneização, mas de uma unidade que permite a expressão das diversidades (Morin in Schnitman, 1994, p.288 - o grifo é nosso)

4. Notas do texto

¹ Jean-Louis Weissberg (1996), ao trabalhar a relação real / virtual descreve um laço em que ambos se interpenetram, onde propriamente não é possível marcar uma linha divisória em que a partir dali só teríamos a presença de uma das categorias. Como lembra o autor: "O virtual não substitui, propriamente falando, o real: torna-se uma de suas formas de percepção, num misto em que as duas entidades são simultaneamente requisitadas" (p.120). WEISSBERG, J. Real e virtual. In: PARENTE, A. (org). *Imagem máquina*. 2ed São Paulo : Editora 34, 1996.

5. Referências bibliográficas

- FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MATURANA, H. R. & VARELA, F. *De máquinas e seres vivos*. 3ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MATURANA, H. R. Prefácio de Humberto Maturana Romesín à segunda edição. In: MATURANA, H. R. & VARELA, F. *De máquinas e seres vivos*. 3ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- PIAGET, J. *A equilíbrio das estruturas cognitivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PIAGET, J. *Biologia e conhecimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.
- RICKES, Simone Moschen. *Autoria e produção textual – sobre a escrita que tematiza a clínica*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: FAGED / UFRGS, 1997.
- SCHNITMAN, Dora F (org). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- VARELA, F. Prefácio de Francisco J. Varela García à Segunda edição. In: MATURANA, H. R. & VARELA, F. *De máquinas e seres vivos*. 3ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.